



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Presidência

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO:

1.1 Aquisição de 2 (dois) "Fonte de Alimentação Ininterrupta" - UPS 20kVA para reposição nos sítios dos radares meteorológicos do INEA em Guaratiba e Macaé.

2 – DA JUSTIFICATIVA:

2.1 A equipe operacional do INEA constatou erro na operação do nobreak do radar de Guaratiba no dia 06/09/2023 e acionou a empresa Energywork para verificação do equipamento, dada a garantia da manutenção corretiva realizada em junho de 2023. Foi realizada visita pela empresa no dia 11/09/2023 que constatou "defeito na placa de potência do módulo do nobreak, dano possivelmente causado por oscilação da tensão de entrada", conforme laudo apresentado pela empresa Energywork (59748385). Este defeito é novo e não está relacionado às ações de manutenção realizadas recentemente, levando a equipe técnica a desligar o radar para preservar o conjunto de equipamentos dos surtos provocados por oscilações bruscas de energia que causaram o defeito do nobreak.

2.2 Quanto ao sítio do radar de Macaé, o relatório de manutenção para o mês de agosto de 2023 (59747707) informa que "foi instalada uma UPS alugada no site radar para mitigar os problemas recorrentes do sistema radar oportunistados em decorrência da queima e inoperabilidade da UPS original (...) reiteramos a necessidade de aquisição por parte desse Instituto, em caráter de urgência, de uma UPS nova".

2.3 A necessidade urgente de reposição se dá pois quando há oscilação, picos ou interrupção do fornecimento de energia elétrica da concessionária local, a UPS é acionada para manter o radar em funcionamento, para isso, o equipamento precisa estar em perfeitas condições de funcionamento.

2.4 A operação contínua dos Radares Meteorológicos executados pela equipe de Controle Operacional demonstra o esforço do Estado do Rio de Janeiro na proteção da população residente nas áreas vulneráveis, ajudando a minimizar danos e perdas relacionados aos eventos hidrológicos críticos, monitorados pela Sala de Situação, no âmbito do Sistema de Alerta de Cheias.

2.5 Os Radares Meteorológicos devem funcionar continuamente para que possam apoiar a Sala de Situação do INEA com as informações sobre o desenvolvimento e deslocamento de tempestades. A aquisição se justifica considerando que os radares meteorológicos funcionam continuamente, 24h/dia, desde 2015, e que o problema apresentado na UPS atual não é passível de reparo. Atualmente, quando há falta de energia elétrica nos radares, estes param de funcionar, prejudicando as ações de monitoramento e preparação no processo de Gestão de Risco de Desastres Hidrológicos.

3 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

CÓDIGO SIGA	ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNID.	QNTD.
61.100.030.288	ID - 179606	NOBREAK,NUMERO FASES: TRIFASICO (3F+N+T), TENSAO ENTRADA: 380VAC, TENSAO SAIDA: 380VAC, POTENCIA: 20 KVA, QUANTIDADE TOMADA SAIDA: SEM TOMADAS, AUTONOMIA PLENA CARGA: 10 MIN, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: BATERIAS MONTADAS EM GABINETE TIPO ESTANTE FECHADA, DOTADO DE BOTAO DE EMERGENCIA (EPO), FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	2

4 – DA DESCRIÇÃO DO ESCOPO:

4.1 Especificações Técnicas

4.1.1 Entende-se que uma UPS modular é representada por gabinetes que permitam a interconexão com a infraestrutura elétrica do prédio, através de conexão aos cabamentos elétricos, e a interação com interface homem-máquina, que permita a ação e monitoramento do usuário via display de LCD.

4.1.1.1. Características de potência:

Potência inicial nominal mínima embarcada no gabinete da UPS: 20kVA

4.1.1.2 Características de entrada:

- Tensão de entrada trifásica (3F+N+T): 380VCA, $\pm 15\%$
- Frequência: 60 Hz, $\pm 2\%$
- Fator de Potência: 0,99
- Distorção Harmônica de entrada: $< 3\%$
- Tipo de conexão: “Bornes” ou “Barra de Terminais”.
- Compatível com Grupo Gerador.
- Compatível para trabalhar com transformador e autotransformador.

4.1.1.3 Características de saída:

- Tensão de saída trifásica (3F+N+T): 380VCA.
- Fator de Potência: 1,00
- Regulação Estática de saída: $\pm 1\%$
- Frequência (Em Modo Bateria): 60 Hz $\pm 1\%$
- Rendimento a plena carga: $> 96\%$
- Suporte à sobrecarga: 10 minutos com até 125% de carga.
- Tipo de conexão: “Bornes” ou “Barra de Terminais”.

4.1.1.4 BYPASS:

- By-pass automático: Considera-se que o BYPASS é um modo de operação no qual a alimentação presente na saída da UPS provém diretamente da rede. O Bypass automático garante que a UPS, mesmo quando o inversor falhe ou sobreaqueça, mantenha os equipamentos ligados sem interrupção na alimentação, desde que haja a rede presente. O BYPASS automático também deve ser acionado em condições de sobrecarga, representado pela ligação inadvertida de uma quantidade de equipamentos maior do que aquela para a qual a UPS foi construída, protegendo, assim, os seus circuitos internos.

- BYPASS manual/forçado: Através do Menu de configurações (display) deverá ser possível acionar/forçar o By-pass manualmente por opção do usuário.

- BYPASS de manutenção: O gabinete da UPS deve possuir uma chave de BYPASS de manutenção que desvia a tensão de entrada do circuito da UPS diretamente para a saída, mantendo a alimentação da carga (aparelhos conectados à UPS), sem a necessidade de desligá-la. A chave de BYPASS de manutenção deve permitir que a UPS seja desligada para a realização de eventuais manutenções preventivas ou corretivas.

4.1.1.5 Características da Interface Homem-Máquina:

- Display de 8” (mínimo) com acesso frontal externo ao gabinete que, além de permitir a exibição das medições, dos alarmes e do status de operação, deve também permitir o acesso aos menus de configuração para adequar os parâmetros da UPS. Preferencialmente o display deve dispor de ícones interativos para facilitar a navegação e seleção das funções a serem controladas, garantindo praticidade e rapidez na interação.

- Relatório de dados e eventos (Data Log): A IHM do gabinete deve apresentar os registros de sinalizações dos eventos relacionados com a rede elétrica e a própria UPS. Itens mínimos a fim de registro são:

Intervenção de Bypass, Sobreaquecimento, Sobrecarga, Intervenções na Bateria, Descarga total das baterias, Eventos (informação, aviso crítico) e Alarmes, possibilitando a análise de seu histórico de ocorrência.

- Portas de comunicação:

a) Porta RS485 e RS-232

b) Porta USB Host: Utilizado para atualização de firmware

c) Slot para cartão de gerenciamento remoto SNMP/ModBus, com o cartão incluso, considerando as comunicações SNMP/ModBus over IP, via conexão RJ45.

d) Emergency Power Off (EPO): O gabinete da UPS deve possuir um contato EPO, permitindo a inclusão de um botão externo a ele. Como funcionalidade, o contato EPO, quando acionado via um botão externo, deve executar a parada imediata da UPS, realizando o auto desligamento do sistema e cessando o fornecimento de energia para a carga. Este contato EPO deve ser configurável como Normalmente Aberto (NA) ou como Normalmente Fechado (NF), sendo possível realizar esta configuração através da interface de usuário (display).

- Software de supervisão e gerenciamento para plataforma Windows, que possibilite gerenciar os seguintes recursos da UPS:

a) Visualização em tempo real de todas as grandezas elétricas na entrada/saída (tensão, corrente, potência, frequência, autonomia, carga etc.);

b) Indicação de todos os alarmes;

c) Diagrama de fluxo de energia;

d) Registro de eventos com data e horário que ocorreram (falha AC, AC restaurado, Shutdown ativado, entre outros);

e) Autonomia do banco de baterias;

f) Enviar traps SNMP e permitir ao usuário selecionar eventos;

g) Enviar e-mails para endereços previamente programados, no mínimo, dos seguintes eventos:

· Acionamento do by-pass;

· Sobrecarga;

· Inversor desligado;

· Botão de emergência pressionado;

· Tensão de entrada e/ou saída anormal;

· Sobre temperatura no equipamento;

h) Permitir monitoração remota através de protocolo SNMP (Protocolo de comunicação SNMP UPS MIB RFC 1628);

i) Permitir a execução/invocação de alguns programas no formato “.EXE” e “.BAT”. 1.7.4.10. Permitir a criação de usuários com níveis diferentes de acesso para acessar as informações do software (Ex.: Adm., User e Operator)

4.1.1.6 Características dos módulos de baterias:

- Autonomia mínima de 10 minutos para a carga demandada de 20 KVA.

- A autonomia deverá ser comprovada através de memorial de cálculo da bateria, considerando tensão de corte de 1,75Vdc/célula ou 10,5Vdc/monobloco.

- Tipo de Baterias: Seladas, VRLA (Valve Regulated Lead Acid) de eletrólito absorvido, fabricadas com tecnologia de última geração – AGM (eletrólito imobilizado através da absorção no separador de fibra de vidro), compostas por monobloco de 12 Vdc.

Nota: Deverão ser fornecidas baterias chumbo-ácidas do tipo estacionárias seladas (herméticas) com princípio de funcionamento através da recombinação de gases, absolutamente livres de manutenção para utilização em sistemas de telecomunicações, UPS, iluminação de emergência e alarmes de segurança em geral. Deverão

garantir a ausência de emissão de gases e perda de eletrólito, tornando-se desnecessário o controle da densidade e a adição de água durante toda a sua vida útil).

5. DA INSTALAÇÃO

5.1 Faz parte do escopo do fornecimento a instalação dos equipamentos ofertados, que deverá ser acompanhada por técnicos da equipe do INEA.

5.2 Os equipamentos serão instalados por técnico do quadro do fabricante e/ou do quadro de empresa credenciada pelo fabricante sem quaisquer ônus para o INEA, incluindo:

- Transporte até o local de sua ligação;
- Aferição e regulagens;
- Conexão do equipamento ao quadro existente, incluindo cabos, conexões e eletro calhas, garantindo a total compatibilidade com os demais sistemas;
- Energização e testes de partida, com fornecimento de relatório.

5.3 Os serviços de implantação correspondem a todas as atividades desenvolvidas pela Contratada para a efetiva instalação e configuração de toda a solução proposta até a sua efetiva operação, atendendo aos requisitos mínimos a seguir:

- As configurações poderão ser feitas em horário comercial desde que não impliquem em interrupção dos serviços.
- A empresa vencedora deverá, quando da execução dos serviços, enviar com antecedência mínima de 48 horas, a relação de pessoal que irá realizar a sua execução. Durante os trabalhos, todo o pessoal deverá utilizar crachá de identificação.
- Os serviços deste item devem ser realizados sob a supervisão de um profissional com certificação técnica do fabricante. Entretanto, a configuração dos equipamentos deve ser realizada diretamente e exclusivamente por este profissional.
- A execução do objeto deve estar concluída conforme os prazos máximos indicados no Termo de Referência.

6. DOS TESTES

6.1 Para o recebimento dos equipamentos e autorização para instalação, deverão ser aprovados todos os ensaios previstos nas normas que regem o assunto, na presença de membros da equipe do INA.

6.2 O fornecedor deverá notificar o INEA com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a data prevista para os ensaios. Deverão ser fornecidos em duas vias, relatórios completos dos ensaios realizados.

6.3 A contratada fica responsável, caso entenda necessário, por vistoria prévia no local de instalação do UPS, para verificação das condições ambientais, tais como climatização, acesso, espaço disponível, quadro elétrico de energia estabilizada, e demais itens necessários para a instalação e testes do equipamento (ambiente, escadas, largura de portas, etc.) e infraestrutura elétrica (entrada/saída, disjuntores, etc.);

6.4 Deverá ser prevista no fornecimento a realização de teste de capacidade das baterias em campo. O teste deve ser feito de acordo com as recomendações do fabricante e Normas aplicáveis. A Contratante se reserva o direito de rejeitar as baterias que não correspondam satisfatoriamente aos testes.

6.5 Caso na execução dos testes, haver queima de alguns componentes, placas e/ou equipamentos, caberá ao contratado à reposição dos mesmos.

6.6 Após os testes de aceitação, uma vez satisfeitas as condições impostas pelas normas de referências e pelas disposições desta especificação, e não existindo pendências impeditivas, serão autorizados a entregar os equipamentos e materiais, sem prejuízo das garantias estipuladas na documentação.

6.7 Após a instalação dos equipamentos, deverá ser simulada uma falha de energia para verificação da autonomia das baterias, estando o sistema em funcionamento normal e sem nenhuma pendência, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, válido por 30 dias. Após este período e verificada a ausência de qualquer falha no equipamento será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

7. DO TREINAMENTO

7.1 O proponente deverá fornecer treinamento para uma equipe mínima de 3 (três) pessoas, indicadas pela Contratante, nos procedimentos necessários ao bom uso do subsistema ofertado, em turma única com as seguintes características:

- Intervenção emergencial por autoatendimento;
- O treinamento deverá ser realizado nas dependências da instalação;
- O treinamento deverá ser ministrado por instrutor certificado pelo fabricante.
- O material didático do treinamento deverá ser oficial do fabricante, homologado pelo mesmo, e fornecido pelo licitante.
- A capacitação terá como base a utilização dos recursos nativos do nobreak e do uso de softwares fornecidos pelos respectivos fabricantes dos equipamentos, abrangendo pelo menos os seguintes tópicos:
 - i. Visão geral de Hardware & Software;
 - ii. Log e Alertas, e;
 - iii. Gerenciamento de eventos.
- g) Devem ser encaminhados com 15 dias de antecedência, em relação à data da primeira realização, o programa de atividades e os recursos necessários para a realização do curso de treinamento.
- h) Os custos referentes ao curso de treinamento devem estar inclusos no fornecimento dos equipamentos e poderão ser realizados após a instalação das máquinas e realização dos testes de autonomia.

8. DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

8.1 A execução dos serviços é de responsabilidade da Contratada e deve obedecer e seguir rigorosamente os manuais dos fabricantes e normas da ABNT, com fornecimento de todos cabos, conexões e outros materiais e acessórios necessários.

8.2 Fazem parte do escopo dos serviços a serem prestados: a aquisição de duas (2) unidades de UPS de tecnologia modular, cada uma com potência inicial nominal embarcada mínima de 20KVA para atendimento da carga demandada e sua devida instalação e treinamento.

8.3 Serão instaladas duas (2) unidades de UPS de tecnologia modular, de acordo com as posições indicadas pelo Setor Requisitante.

8.4 Para instalações serão utilizados o computador disponibilizado pelo INEA.

8.5 A empresa deverá fornecer os equipamentos e executar a instalação do mesmo nos endereços correspondentes.

8.6 A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada para instalação e treinamento para atendimento da carga demandada.

8.7 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

8.8 A empresa a ser contratada deverá comprovar aptidão que executou serviços de características compatíveis com o objeto licitado, qual seja serviço de instalação, mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

9.1. Sobre o regime de execução cumpre-se esclarecer que este foi estabelecido como o de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo este o regime mais adequado a execução do presente objeto uma vez que o nível de detalhamento estabelecido no Termo de Referência, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02 e Resolução SEPLAG nº 429/2011.

10 - DO ACEITE

10.1 A Contratada deverá apresentar documentação técnica oficial e original (ex: especificações, catálogos, prospectos e folders) de todos os objetos a serem oferecidos pela contratada, antes do julgamento do resultado da licitação.

10.2 Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues, devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados das respectivas notas fiscais.

10.3 O objeto do contrato será recebido mediante verificação da qualidade e quantidade do material. A CONTRATANTE terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para observações e vistoria que verifique o exato cumprimento das obrigações contratuais.

11 - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

11.1 O acompanhamento da compra ficará a cargo da GERIHQ, na figura dos fiscais do contrato. Atendendo, assim o disposto no art. 67, da Lei 8.666/1993. Todo contrato, incluídas as Notas de Empenho, devem ter sua execução acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado para tanto.

11.2 O Fiscal é responsável por exigir da Contratada o cumprimento das regras estabelecidas no Edital e em seus anexos (TR e Contrato) e quando for o caso, do esclarecimentos prestados no curso da licitação, os quais aderem ao contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas, cabendo alçar, por intermédio de seus superiores, à Autoridade Superior aquilo que ultrapassar a sua competência.

11.3 O Fiscal também é responsável pelo “Atesto” de Notas Fiscais.

12 – DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA:

12.1 A entrega deverá ocorrer de forma única e imediata, em no máximo 30 (trinta) dias consecutivos e ser agendada com a Gerência de Informações Hidrometeorológicas, sendo sob responsabilidade da empresa contratada todos os custos inerentes ao frete, impostos, despesas diretas e indiretas.

12.2 O dia e horário da entrega deverão ser previamente agendados por intermédio de correio eletrônico: cinthiaavellar@inea.rj.gov.br e tayanepalma.inea@gmail.com, bem como por telefone (21) 2334-9307 com as servidoras Cinthia Avellar Martins ou Tayane Cordeiro Palma de Holanda, entre o horário de 09h às 18h de segunda-feira a sexta-feira.

12.3 O local de execução será a torre do radar meteorológico do INEA, localizada em:

a) Guaratiba: O acesso se dá pela Fazenda Modelo: Estrada do Mato Alto, 2011 - Guaratiba, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 23036-150 (-22.992074, -43.592523)

b) Macaé: Av. Brennand - Granja dos Cavaleiros, Macaé - RJ, CEP: 27930-480.

13 – PRAZO DO CONTRATO

13.1 O artigo 62, da Lei nº 8.666/93 prevê a substituição do instrumento do contrato nas situações de "dispensa de licitação em razão do valor" e de "compras com entrega imediata" dos quais não resulte obrigações futuras.

14 - DA GARANTIA DO PRODUTO

14.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 02 (dois) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. O prazo estabelecido é necessário por se tratar de um bem de alto valor agregado e complexidade tecnológica, contados a partir do recebimento definitivo.

14.2 A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva.

14.3 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.4 O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira objetiva em que consiste, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado o ônus, a cargo do contratante, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fabricante, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto.

14.5 A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.

14.6 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.7 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.8 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.9 Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.10 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.11 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.12 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15 – DA MANUTENÇÃO

15.1 A realização da manutenção corretiva e preventiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.2 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

16 – DO ENQUADRAMENTO LEGAL

16.1 Lei Nº8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

16.2 Decreto Nº 46.642, de 17 de abril de 2019, que regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

17. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1 O licitante, previamente classificado em primeiro lugar, deverá comprovar capacidade técnica através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

17.2 O(s) atestado(s) deverão possuir, em sua totalidade, um quantitativo mínimo de fornecimento de 20% (vinte por cento) do quantitativo de cada item descrito no termo de referência. Para comprovação desse quantitativo, poderão ser apresentados tantos atestados quanto necessários para comprovar que todo o quantitativo já tenha sido fornecido pela licitante.

17.3. Os atestados deverão conter:

17.3.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

17.3.2. Local e data de emissão.

17.3.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

17.3.4. Período de fornecimento.

17.4. Cumpre informar que somente serão considerados os atestados em conformidade com o descrito acima.

17.5. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos,

cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades.

18 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 O pagamento ocorrerá conforme entrega dos materiais, atestados pela fiscalização.

18.2 Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, o pagamento só poderá ser feito, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

18.3 O pagamento dos bens somente será efetuado após o aceite definitivo e o atesto pela Comissão de Fiscalização do Contrato nas respectivas Notas Fiscais, relativo aos serviços efetivamente prestados e/ou bens efetivamente entregues.

19 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.1 A competência de indicação da dotação orçamentária é da Assessoria de Planejamento e Gestão (ASSPLAN) subordinado à Coordenadoria Executiva e de Planejamento (COOEXEC).

FONTE:

PROGRAMA DE TRABALHO:

NATUREZA DA DESPESA:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

20 - DA FISCALIZAÇÃO

20.1 Por FISCALIZAÇÃO entende-se a atividade exercida de modo sistemático pelo INEA e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

20.2 O INEA manterá desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma equipe de FISCALIZAÇÃO designada através de portaria para o acompanhamento e controle dos trabalhos.

20.3 A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da FISCALIZAÇÃO, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

20.4 Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela FISCALIZAÇÃO serão considerados como se fossem praticados pelo INEA.

20.5 A atuação ou a eventual omissão da FISCALIZAÇÃO durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

20.6 A FISCALIZAÇÃO acompanhará a mensuração dos seguintes aspectos, dentre outros, quando for o caso:

- a) Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- c) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

21 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

21.2 Deverá fornecer o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

21.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrente do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

21.4 Deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo INEA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que for verificado no material.

21.5 A não execução da entrega do objeto, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

21.6 Caso, eventualmente, seja necessária a prorrogação do prazo de entrega do material, o respectivo requerimento só será apreciado caso esteja devidamente fundamentado e tenha sido protocolado antes de expirar o prazo inicialmente estabelecido.

21.7 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

21.8 Comunicar ao INEA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

21.9 Comunicar ao Fiscal Técnico, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o perfeito funcionamento do equipamento, propondo ações mitigadoras a serem tomadas a fim de evitar possíveis interrupções (parcial ou por inteiro) de qualquer componente objeto do Contrato;

21.10 Assumir inteira responsabilidade pela qualidade das peças, partes, componentes, acessórios e materiais a serem empregados, os quais deverão ser originais e novos, de primeira qualidade e/ou recomendados pelo fabricante do equipamento, sem implicar em ônus extras ao Contrato;

21.11 Havendo necessidade de deslocamento de equipamento, peça, componente, acessório ou material da CONTRATANTE para a oficina da CONTRATADA, esse transporte, bem como quaisquer outros procedimentos associados, serão providenciados e custeados total e exclusivamente pela CONTRATADA.

21.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

21.13 Arcar com todos os custos administrativos de sua responsabilidade relacionados ao OBJETO e à execução do CONTRATO, responsabilizando-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante;

21.14 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

21.15 Substituir, reparar ou repor o objeto ou parte dele considerado defeituoso, ou rejeitado pelo gestor desta contratação e/ou que venha a apresentar defeitos graves de fabricação ou ainda que tenha sido danificado pela CONTRATADA ou preposto seu;

21.16 Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à CONTRATANTE em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;

21.17 Apresentar obrigatoriamente, sempre que solicitado, amostras das peças, componentes, acessórios e materiais utilizados na execução dos serviços, ficando os mesmos sujeitos à aprovação e aceite por parte da CONTRATANTE.

22 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

22.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

22.3 Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

22.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

22.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares, as penalidades legais e contratuais cabíveis.

22.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

22.7. Colocar em prática as recomendações técnicas feitas pela empresa contratada, relacionadas com as condições de funcionamento, uso e segurança do equipamento e instalações.

22.8. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

22.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.10. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelos equipamentos ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito.

23 – DAS PENALIDADES:

23.1 A CONTRATADA estará sujeita às regras gerais sobre infrações e sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/1993, e especificamente à:

23.1.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

23.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida;

23.3 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa;

24– RESULTADOS ESPERADOS

24.1 Obter o pleno funcionamento dos Radares Meteorológicos, que devem funcionar por 24h ininterruptamente, para apoiar a Sala de Situação do INEA com as informações sobre o desenvolvimento e deslocamento de tempestades.

Rio de Janeiro, 20 setembro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Cinthia Avellar Martins, Assessora**, em 26/09/2023, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Figueiredo da Silva, Adjunto**, em 26/09/2023, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **59972405** e o código CRC **834C21B8**.

Referência: Processo nº SEI-070002/000381/2023

SEI nº 59972405

Avenida Venezuela, 110, 4º andar - Bairro Saúde, @cidade_unidade@/RJ, CEP 20081-312
Telefone: